

Parte 3 – Sexualidade

Campanhas de prevenção contra HIV/AIDS entre homossexuais e a governamentalidade dos corpos e das práticas sexuais no discurso midiático

Jamil Cabral Sierra

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SIERRA, JC. Campanhas de prevenção contra HIV/AIDS entre homossexuais e a governamentalidade dos corpos e das práticas sexuais no discurso midiático. In: FERREIRA, AJ., org. *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 137-152. ISBN 978-85-7798-210-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAMPANHAS DE PREVENÇÃO CONTRA HIV/AIDS ENTRE HOMOSSEXUAIS E A GOVERNAMENTALIDADE DOS CORPOS E DAS PRÁTICAS SEXUAIS NO DISCURSO MIDIÁTICO¹

Jamil Cabral Sierra

Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral

Campanhas publicitárias de combate e prevenção ao HIV/AIDS vêm ganhando espaço nos meios midiáticos nos últimos anos, ora com propósito de promover a conscientização/pedagogização sobre sexo, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e uso de camisinha (muitas vezes via discurso de amor, generosidade e respeito em relação às diferenças), ora tomando esses sujeitos como pessoas que também são, antes de qualquer outra coisa, consumidores, portanto indispensáveis à ordem neoliberal contemporânea. O fato é que o discurso de respeito às diferenças que passou a vigorar mais fortemente a partir da organização do movimento feminista, por volta dos anos sessenta (no Brasil), época que sugere nosso “ingresso” na pós-modernidade², ou, para alguns, numa modernidade

-
1. Este texto é resultado de alguns excertos, revistos e modificados, de minha dissertação de mestrado, intitulada “Homossexuais, insubmissos e alteridades em transe: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização”, defendida em agosto de 2004, no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.
 2. Por pós-modernidade estou entendendo um período de mudanças na concepção de sujeito e de identidade que, por convenções cronológicas, começam a acontecer por volta da segunda metade do século XX, assinaladas especialmente pelo descentramento do sujeito cartesiano, de inspiração iluminista, descentramento este provocado pela releitura pós-estruturalista de Freud, Marx, Saussure, bem como pelas ideias em torno do poder defendidas por Foucault, que colaboraram, juntamente com o surgimento dos movimentos identitários, em especial o feminismo, para

tardia, fez eclodir outros/novos movimentos sociais (e com eles, outros/novos discursos) que, na emergência de reafirmar suas identidades, fragmentaram-se em diversos grupos, cada qual – de seu lugar e ao seu modo – constituindo, ou tentando constituir, uma política de identidade.

[...] cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas racistas aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como *políticas de identidade* – uma identidade para cada movimento. (HALL, 2001, p. 45).

A implementação dessas políticas fez ecoar os gritos de grupos que se arranjam coletivamente a partir de identidades culturais de gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, que, historicamente silenciados, começaram a vazar pelas bordas, colocando em xeque o centro socialmente legitimado como normal. O escoamento da margem em direção ao centro de reivindicações destes grupos de minorias (ou maiorias silenciadas, marginalizadas) fez surgir em cena uma política inscrita na pluralidade, que começa a questionar a centralidade imposta pela cultura do homem branco, ocidental, heterossexual e de classe média, bem como, a partir do deslocamento desta identidade padrão, interrogar a ideia de cultura, arte, estética e, como não podia deixar de ser, de verdade, concebida agora não como posta *a priori*, mas como uma construção sócio-historicamente discursivizada, cuja disseminação, na contemporaneidade³, tem se dado, de modo muito especial, pelo discurso midiático⁴.

a emersão de outra(s) identidade(s), que assume(m), segundo Hall (2001), posições diferentes em diferentes situações, modificando-se continuamente, mas não linearmente, em torno dos sistemas culturais que as rodeiam. Desse modo, a perspectiva da pós-modernidade marca um tempo de desestabilização, ruptura e deslocamentos dos discursos/narrativas modernas, como o pensamento dicotômico, a ideia de ordem e a noção de ciência que, desde o século XVI, começam a se firmar como verdade.

3. Quando falo em “contemporaneidade” o faço no sentido de marcar que não estou tomando este termo no sentido de um tempo marcado e isolado, bem como não estou imprimindo nesta expressão nenhuma marca que remeta a qualquer ideia de estabilidade, seguridade ou linearidade, uma vez que percebo a contemporaneidade como uma espécie de intercrucamento de tempos, como que um palimpsesto que, ao ser raspado, vai fazendo emergir as memórias discursivas de outros tempos e lugares.
4. No caso específico desse trabalho, pinço tais discursos especialmente da plataforma publicitária televisiva/impressa. De todo modo, isso não significa que as análises que trago aqui não se apliquem a outras plataformas midiáticas.

E se elejo nesta problematização o discurso midiático, especialmente o veiculado pela plataforma televisiva/publicitária, como disseminadores dessas teias de ajustamento à ordem e à consciência burguesa, bem como se o que proponho é a leitura de textos que agregam sempre imagens de um outro, é porque o olhar que lanço ao discurso midiático me faz enxergá-lo como um dos principais mecanismos de dissipação pedagógica na contemporaneidade, ou seguindo as pegadas da formulação de Fischer (1997), porque o percebo como instrumento poderoso de disseminação/inculcação pedagógica (tal como os discursos do Estado, da Igreja, Justiça, Família... e, claro, da Escola) que, ao propagar textos nos quais diferentes representações culturais são visualizadas/construídas, como a homossexual, faz suspeitar que as imagens contemporâneas da alteridade difundidas/construídas como verdade por ela apenas recolocam, sob outros enfoques e estratégias, a mesma vontade de colonização da diferença, já que:

[...] poderíamos dizer que a mídia, em nossa época, estaria funcionando como um lugar privilegiado de superposição de “verdades”, um lugar por excelência de produção, circulação e veiculação de enunciados de múltiplas fontes, sejam eles criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios. Uma das características principais é que, nela [na mídia], por razões basicamente do alcance das tecnologias investidas nesse campo, qualquer discurso, materializado em entrevista de TV ou em cena de telenovela, por exemplo, é passível de ter sua força de efeito ampliada, de uma forma radicalmente diferente do que sucede a um discurso que opera através das páginas de um livro didático ou de um regulamento disciplinar escolar. (FISCHER, 1997, p. 65)

É por isso que Rosa Maria Bueno Fischer fala que há um “dispositivo pedagógico” na mídia, ou seja, que há um conjunto de práticas discursivas e também não discursivas pelas quais todos nós somos incitados, estimulados e, de certa maneira, obrigados a participar. Este dispositivo é gerado/construído pela própria linguagem destes meios midiáticos - seja este meio um filme, *outdoor*, programa de TV ou uma propaganda - e trabalha na direção de promover sentidos e fabricar o olhar com o qual acostumamos a ver (e também a nos relacionar com) o mundo, os outros e a nós mesmos.

Em face disso é que quero, a partir dos acontecimentos que seguirão, questionar esses ditos pretensamente conciliatórios e humanitários

(portanto inquestionáveis, de certo ponto de vista) de prevenção do corpo e uso da camisinha. Quero, neste texto, desconfiar de e deslocar essas narrativas sobre o corpo, tão evocadas e celebradas em nosso tempo, tentando mostrar como elas estão amarradas à heteronormatividade, à moral burguesa-cristã e às práticas de governamentalidade que intentam capturar e controlar os corpos e as práticas sexuais/afetivo-amorosas.

A noção de governamentalidade, usada aqui conforme análise feita por Foucault (2008a, 2008b), contribui sobremaneira para problematizar os modos pelos quais se constituiu no âmbito do estado moderno novos mecanismos de vigilância, controle e intervenção do Estado sobre a vida das populações, fruto de novas estratégias entre o Estado, a economia política e os dispositivos de seguridade. Para Foucault, portanto, governamentalidade tem a ver com um

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Em vista dessa ideia de governamentalidade é que desconfio das narrativas que espraiam a necessidade de prevenção e uso de camisinha, bem como de tolerância em relação aos homossexuais porque, para mim – apesar de provocarem certo deslocamento – tais narrativas ainda desejam a mesmidade na medida em que tentam, a todo custo, capturar

existências que, insubmissa e teimosamente, subvertem os esquadrinhamentos heteronormativos e biopolíticos⁵, bem como porque, da forma como vejo, tais narrativas não destituem o pensamento que dicotomizou nossos/nossas (sempre mutantes) corpos/práticas sexuais em um pólo considerado normal (o hétero, que se vê superior e por isso diz respeitar homossexuais) e outro pólo considerado anormal (o homo, que por se enxergar a partir da retina hétero, sente-se acolhido/hospedado por essas narrativas de tolerância e prevenção do corpo). Assim, esses apelos multiculturais soam, ao meu ver, nada naturais, pelo contrário, como criações culturais que são, sustentam um jogo discursivo - agora respaldado pelos dispositivos midiáticos - que apenas rearranjam os processos biopolíticos de controle de nossos corpos e de nossas práticas sexuais/afetivo-amorosas.

Desse modo, o que procuro focalizar nestes ditos são os atravessamentos, a memória, as contra-palavras, os efeitos de sentidos contidos em narrativas que se apresentam tão plurais, altruístas e generosas, no sentido de verificar como esses textos que circulam em esferas pedagógicas (como o discurso midiático) – mesmo discursando em prol do respeito e da tolerância - trabalham em favor da manutenção da estabilidade (ainda que, paradoxalmente, provoquem algum descolamento) de uma identidade tida como normal (heterossexual) e de todos os eventos culturais associados a ela, bem como depreender quais os mecanismos postos em ação para etiquetar nesses textos outra identidade tida como anormal (homossexual), portanto excêntrica, esquisita, estranha, merecedora apenas do respeito e da tolerância de alguns.

A Noção Foucaultiana de Discurso

Em primeiro lugar, é preciso dizer que, nesta análise, parto dos Estudos do Discurso para tentar compor o argumento que pretendo anunciar. Desse modo, buscar nos Estudos do Discurso calços para compor o que aqui pretendo costurar, significa puxar de tal perspectiva teórica alguns fios

5. Biopolítica, aqui, tem a ver com as estratégias de efetivação do biopoder que, segundo Foucault (2002) é aquele tipo de poder que passa a agir sobre a população. Em outros termos, podemos dizer que “[...] às formas teatralizadas da violência utilizadas pelo poder soberano (bio-histórico), sucede uma prática moderna caracterizada pelo reflexo do biológico na política. Os sujeitos podem passar a ser vistos como membros de uma população porque são dissecados na sua individualidade, como é o caso da sua sexualidade.” (Ó, 2009, p. 110).

conceituais que, ao serem tecidos ao olhar pós-estruturalista⁶, possibilitam-me pensar os enunciados sobre prevenção do corpo que aparecem no discurso midiático, por exemplo, e que se configuram como mecanismos de controle do corpo e de captura de nossas práticas sexuais e afetivo-amorosas. Em vista disso, o que quero da Análise do Discurso é mais no sentido de tomá-la como perspectiva de leitura do que propriamente fazer uma transposição de seus conceitos em um objeto textual específico. Assim, a AD⁷ que alinhava este trabalho se assenta na compreensão foucaultiana de discurso, já que

[...] suponho que em toda sociedade toda produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2000, p. 9).

Por isso é que fazer AD não é simplesmente fazer análise de texto ou do dado empírico enunciado pelos sujeitos. É antes perceber que o

-
6. Conforme já disse em outro escrito, “por pós-estruturalismo estou entendendo todo um movimento de pensamento em reação à perspectiva filosófica estruturalista, através de uma teorização que passa a levar em conta, de uma maneira muito mais radical, a linguagem e os processos de significação – daí sua gestação acontecer dos *insights* da Linguística de Saussure, que de maneira ou outra já supunha isto – ampliando questões-chaves do estruturalismo, como a ênfase na dimensão discursiva, bem como subvertendo algumas categorias, como a ideia de fixidez semântica em troca da noção de fluidez e instabilidade do significado. De qualquer modo, o que se radicaliza na ótica pós-estruturalista é a compreensão de *diferença*, que passa a ser encarada não como algo que existe na relação entre um significante e um significado, mas sim como um feixe de relações que diferem ininterruptamente, de modo ser impossível estancar totalmente um significado apenas num único significante, conforme as considerações de Derrida, sobre a ideia de *différance*. Juntam-se a isso, na construção deste empreendimento de desestabilização promovido pelas reflexões pós-estruturalistas, as ideias sobre redes de poder de Foucault, que desloca a assunção do poder como algo que se tem, fixo, bipolar em favor da ideia de poder capilar, espreado e móvel. Assim, há todo um movimento de questionamento da noção de “verdade”, a fim de fazer ver a tessitura histórica do que se entende como “verdadeiro”, bem como mostrar como algo se torna “verdade”, através de efeitos discursivos produzidos pelas relações de força. Ainda é bom assinalar que o pós-estruturalismo vai por em xeque o sujeito de inspiração cartesiana, entendido pela aceção iluminista como o centro, soberano, racional, bem como apontar as fraturas desse sujeito, mostrando o quão descentrado ele é de si e do mundo. Para aquelas/es que querem nomes – apesar de haver certa controvérsia em relação à lista – é possível dizer, segundo Peters (2000), que se soma aos já citados Michel Foucault e Jacques Derrida, as reflexões de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Julia Kristeva, dentre algumas/uns outras/os, reflexões estas emergidas da inspiração que vêm de Nietzsche e da leitura que Heidegger fez dele.” (SIERRA, 2004, p. 21).
7. AD quer dizer Análise do Discurso.

discurso é revestido pela trama histórico-linguística que o constitui e que, portanto, é preciso desconstruir sua discursividade para enxergá-lo. Assim, a AD - enquanto instrumento de análise dos processos discursivos - se coloca como possibilidade de decantação do dizer, fazendo emergir, daí, as memórias, as redes e lugares discursivos que sustentam, por exemplo, os enunciados de prevenção do corpo e combate ao HIV/Aids. Por isso, não cabe à noção de discurso que quero trazer aqui nenhuma ideia universalista, causal, transcendental, pois para a AD que persigo não interessa nem cabe ao analista preocupações com a veracidade ou falsidade de tais proposições, tampouco importa tentar levantar quais as possíveis intenções do autor, uma vez que para a noção foucaultiana de discurso é importante afastar qualquer conotação de sujeito pleno de si, consciente.

Isso quer dizer que o sujeito não é a única fonte de seu dizer, mas sim de um entrecruzar de sentidos. Ao mesmo tempo em que ele pode dizer (quase) tudo, precisa se submeter a uma ordem discursiva (FOUCAULT, 2000). Como os discursos não partem de nós, ou, em outros termos, como os discursos não nos são dados anteriormente, não nascem conosco, o que fazemos é, a partir do que já foi enunciado - e esquecido⁸ - retomar determinadas palavras, imprimindo nelas novos/outros sentidos. Por isso que as palavras que dizemos (e isso discursivamente é difícil de delimitar), ao mesmo tempo em que são iguais, são sempre diferentes, ou seja, ao mesmo tempo em que me enxergo nas coisas que digo, enxergo um mosaico de mim naquilo que falo, como as rasuras de um texto em curso, um palimpsesto (VASCONCELOS, 2003).

Assim, interessa-me não necessariamente “quem disse o quê”, mas sim, tentar escavar por que e para que determinados discursos se tornam inteligíveis e como são apropriados para que se possa deles dizer, em um dado tempo e lugar. Parto desta noção de discurso por entender que não há objetos que existem de maneira *a priori* aos saberes que os engendram e que, portanto, eles só podem existir pelo fato de surgirem de certas condições discursivas (FOUCAULT, 1987). Isto é importante para evitar compreensões que tomam os enunciados como algo que está posto anteriormente a qualquer condição, como se eles estivessem lá, em algum lugar, à espera de um olhar que os interpretasse, como se houvesse neles uma espécie de dado essencial a ser “descoberto”, “revelado” ou “interpretado” pelo

8. O esquecimento no discurso é fundamental para criar a ilusão de realidade do pensamento, ou de uma relação direta entre palavra e coisa. Isso é importante, pois ao esquecer o já-dito - processo involuntário, obviamente - esse sujeito pode se ver no que diz e, assim, se constituir como tal.

analista. Ao contrário, interessa na análise é procurar nos enunciados não dados essencialistas, mas sim tentar descrever como eles formam práticas discursivas⁹, a partir de determinadas condições/situações. Para isso, é preciso supor não uma história, mas historicidades, todas elas descontínuas, instáveis, pluridirecionais, o que acaba implicando uma noção de história diferente daquela de sentido universal, cuja grande questão seria o estabelecimento de uma síntese apaziguadora dos movimentos contraditórios da sociedade. Quando se passa a perceber que não só as condições materiais constituem a mulher e o homem, por exemplo, é possível perceber como os processos de significação, ou seja, os enunciados, as práticas discursivas, interpelam e subjetivam essas categorias.

Eis, então, a ideia de discurso que quero frisar aqui: quando falo em enunciado ou em formações discursivas¹⁰, não estou tomando tais categorias só como sentenças linguísticas gramaticalizadas, uma estrutura sintático-semântica que liga significantes a significados, nem tampouco como atos de fala, em que haveria um autor responsável por aquilo que está sendo dito, como se aquilo que se está dizendo fosse, de fato, possível de ser referido a este autor como sua propriedade. O que busco aventar aqui é o discurso como algo que se enuncia para além da *langue*¹¹, ou seja, para além da materialidade linguística. Dessa forma, tomo as campanhas de prevenção do corpo e combate ao HIV/AIDS que fazem parte dessa análise como enunciados que não são possíveis de serem localizados temporalmente, nem possíveis de serem atribuídos a um autor específico, já que neles ecoam *flashes* discursivos de outras temporalidades e espacialidades. O que importa é tentar ver como estes enunciados estão sendo ditos agora, verificar quais outros enunciados colam-se neles para promover os

9. “Prática Discursiva” está sendo usada conforme Foucault, isto é, não portanto no sentido de uma formulação de uma ideia por um indivíduo, uma tomada racional de um sujeito falante de frases gramaticais, mas sim, como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1987, p. 136)

10. Para Foucault (1987), um enunciado faz parte de uma determinada formação discursiva, ou seja, a regularidade dos enunciados é definida pela formação discursiva. Desse modo, segundo ele, “a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (p. 135).

11. *Langue* está sendo usada, aqui, no sentido de Saussure (2002).

sentidos que estabelecem hoje, bem como de que forma tais enunciados se convertem num projeto biopolítico (FOUCAULT, 2002, 2008a, 2008b) de controle sobre nossos corpos e práticas sexuais/afetivo-amorosas. Por isso é que não me interessa o referente em si, ou seja, minhas preocupações não recaem sobre o homossexual enquanto sujeito empírico, como se fosse mesmo possível falar em termos de uma espécie de essência verdadeiramente homossexual. O que me move é a tentativa de evidenciar como os discursos sobre a homossexualidade acabam constituindo objetos (a personagem homossexual, a “bicha”, o “veado”, a “sapatão”, por exemplo). É justamente por isso que me interessam mais as formações discursivas que produzem o dado, que propriamente o dado *per se*.

Neste sentido, se expressões como “gay”, “homossexual”, “bicha”, “veado” são vistas apenas de um lugar (da norma heterossexual) é porque os sentidos que se lançam a elas são tomados como naturais – como se existisse de fato um referente empírico da homossexualidade. É preciso, pois, desnaturalizar esses sentidos, apontando seu caráter construído, destecendo as redes discursivas nas quais estão envoltos, a fim de mostrar que tais expressões podem comportar a possibilidade de serem enxergadas de outro(s) lugar(e)s, portanto, podem ser vistas e encaradas a partir de outras posições discursivas. A ideia de formação discursiva é pertinente, pois permite a compreensão de como acontece a produção de sentidos no jogo das relações de poder. Não fosse apenas isso, compreender que os discursos reúnem-se nestas formações é entender que, a partir de certas condições discursivas (e não discursivas também) é que se define a ordem dos discursos (FOUCAULT, 2000), isto é, aquilo que pode ser dito, onde ser dito, quando ser dito, para quem ser dito.

A partir desse esquema é que se produzem imagens dos sujeitos e dos objetos do discurso, colocados no interior do processo histórico. É, portanto, um jogo imaginário que regula o dizer. Assim, temos efeitos de sentidos articulados por enunciados que representam como A e B enxergam um em relação ao outro, bem como as imagens que elaboram de seu lugar e do lugar do outro. Na campanha que recortei como *corpus* desta análise é possível perceber formações imaginárias que designam a maneira como UM discursa o OUTRO.

Além dos jogos de imagem, tento articular o conceito de heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, o envolvimento que determinado discurso estabelece com outro. Do mesmo modo, esta relação entre discursos também pode ser definida por aquilo que Authier-Revuz (1990)

definiu como heterogeneidade mostrada, ou seja, formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso. Quer dizer que, de maneira ou de outra, o que falamos carrega sempre (BAKHTIN, 1992, 1999) vozes de outros enunciados, isto é, o discurso é constitutivamente polifônico, o que significa que um locutor não diz o que diz pela primeira vez: todo objeto de discurso já foi antes falado, convertido, esclarecido, retextualizado. É por isso que todo discurso não pode ser tomado isoladamente das vozes outras que o constituem, pelo fato de ele relacionar-se dialogicamente com enunciados de outros interlocutores. É claro que, ao redizê-los, os enunciados se inscreverão sob novas condições (FOUCAULT, 2000), novos efeitos de sentido, o que torna estas enunciações também outras e irrepetíveis.

Governamentalidade em Campanhas de Prevenção Contra HIV/AIDS

As campanhas atuais de prevenção do corpo continuam, para mim, ansiando a mesmidade, uma vez que vazam delas feixes discursivos que sustentam o pavor à diferença e que negam a multiplicidade sexual se ela estiver escapulindo à norma do padrão de consumo e da consciência burguesa. A normalização aparece agora, da forma como vejo, no jogo que seduz a alteridade a se expor, para que, ao saber dela, seja possível maquinar caminhos de mantê-la docilmente confortada à moral burguesa e à ordem do consumo. A normalização do presente se ajusta às reconfigurações biopolíticas¹² de gerenciamento da vida. Esse é o argumento que tento exemplificar, agora, a partir de alguns acontecimentos¹³ que fazem parte de uma campanha de prevenção contra o HIV/AIDS, promovida pelo Ministério da Saúde, em 2001¹⁴, cujo foco era os homossexuais:

12. Este termo “[...] designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.” (RAVEL, 2005, p. 26)

13. A noção foucaultiana de acontecimento tem a ver com a interrogação da atualidade e com a reconstrução de uma rede de discursos, poderes, estratégias, práticas. É a análise das diferentes redes discursivas às quais um acontecimento pertence, tentando mostrar a irrupção de uma singularidade histórica que se repete na atualidade e nos atravessa ao longo do tempo.

14. É bom lembrar que outras campanhas de prevenção contra AIDS elaboradas por ONGs e pelo governo brasileiro, surgidas após esta data, também tiveram foco nos mesmos argumentos que tento questionar aqui. Para saber mais, ver: <www.aids.gov.br/campanhas>.

Acontecimento 1:

Propaganda veiculada na mídia impressa que trazia uma fotografia em preto e branco, de um jovem e um homem mais velho, abraçados, possivelmente representando uma relação entre pai e filho. Junto à fotografia, seguia o texto:

“Use camisinha com seu namorado. Também pode ser uma conversa de pai para filho. A orientação sexual pode variar. O respeito a ela, não. Não discrimine os homossexuais. O preconceito só atrapalha a prevenção.”

Acontecimento 2:

Propaganda veiculada na mídia televisiva. Extraio, aqui, o diálogo que acompanha o desenrolar da ação:

Mãe (ao ver um rapaz se aproximando da porta) – é ele

Rapaz (depois que o pai abre a porta) – *Oi, eu preciso falar...*

Pai – *ele não quer falar com você*

Rapaz – *mas, eu preciso falar com ele*

Pai – *não volta mais aqui não. Ele não vai falar com você*

Filho (para o pai, depois que esse fecha a porta) – *e aí, pai, ele já foi?*

Mãe (olhando para o filho seriamente) – *filho, você vai encontrar um rapaz que te mereça.*

Voz em off – *Usar camisinha é tão importante quanto respeitar as diferenças.*

Obs.: durante a cena, há ainda a presença da irmã, que fica o tempo todo só observando a cena, sem falar nada. (Na primeira leitura, ou no início da cena, tem-se a impressão de que o rapaz que chega quer falar com a moça e não com o rapaz).

O objetivo é mostrar, então, a partir dos acontecimentos acima, o movimento dos processos discursivos e tentar verificar o(s) aparecimento(s) desse(s) ou daquele(s) efeito(s) de sentido, bem como, a partir disso, procurar sistematizar os percursos que os enunciados sob análise percorrem nesse sempre entrecruzar de possibilidades de construção de significados.

Desse modo, por lidarmos com um objeto (o discurso) cuja natureza é fugidia, fugaz, multifacetada e, por ser tudo isso, permitir apenas que os sentidos se estabeleçam a partir da interação dinâmica travada entre sujeitos que dizem em função de suas posições discursivas, toda análise de discurso requer que se levantem as condições discursivas dos textos/objetos em questão.

Diante disso, esses acontecimentos apontam alguns sentidos que corroboram com a ideia de que é preciso “respeitar e tolerar as diferenças”, por exemplo. Se formos começar pela estratégia utilizada, poderíamos dizer que ambas as propagandas apresentam o personagem homossexual não como ele costumeiramente aparece nos meios midiáticos, ou seja, estereotipado, com traços femininos, que acabaram por construir um gênero quase próprio: o do homossexual bicha-louca, de salto alto, maquiagem na cara, voz estridente e gestos exagerados.

Pelo contrário, a imagem que as propagandas tentam passar é a de um gay supostamente fora desse estereótipo, portanto, desatrelado da invenção caricata que o discurso midiático cria em torno da homossexualidade masculina, por exemplo. Temos, assim, no acontecimento veiculado na mídia impressa, a figura (em preto-e-branco) de um jovem, mais ou menos 20 anos, bonito e saudável - em relação ao padrão que se estabeleceu para tais adjetivos, claro - exalando “masculinidade” e “felicidade”, dado o sorriso aberto com que se deixa flagrar. Como se não bastasse isso, temos ainda outra figura, a do pai do jovem, com um meio-sorriso estampado no rosto, o que dá a impressão de satisfação em relação ao filho, portanto de família feliz e centrada.

Como qualquer discurso sempre evoca outras vozes em sua constituição, há neste anúncio a presença do discurso patriarcal, conservador, numa tentativa de articulação e proximidade entre o universo gay e a ideia de uma sociedade heterocentrada na figura do pai de família.

Estas imagens provocam a sensação de que é necessário valorizar a homossexualidade, não porque se entende que a diferença situa-se na dobra, fora do centro, mas sim porque é importante respeitá-la, pois, desse modo, a homossexualidade poderá ser puxada ao centro hegemônico para, a partir desta racionalidade, normalizar-se na prática do sexo seguro. Quer dizer que o discurso de prevenção do corpo se apoia na ideia de respeito aos homossexuais, na tentativa de criar a ilusão de que os homossexuais só ganharão o direito de estar no centro considerado normal se mantiverem comportamentos sexuais e cuidados com o corpo de acordo com o que estabelecem as biopolíticas (FOUCAULT, 2008a, 2008b) que gerenciam nossa vida. O biopoder, de que nos fala Foucault (2002), coloca-se como uma espécie de controle sobre o problema que é a *população*, um problema ao mesmo tempo econômico, político, científico e biológico, que precisa ser controlado – estimulando a vida ou ignorando a morte – para que,

estrategicamente, se regulamentem e normatizem, de modo especial, as sexualidades, já que o que está em jogo é o controle da natalidade, das formas de procriação, das doenças, da vida saudável:

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, [no século XIX] foi por uma porção de razões, mas em especial houve duas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (...) e, depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. (FOUCAULT, 2002, p. 300).

Além disso, há ainda, neste caso, uma espécie de enredamento discursivo que, apesar de se dizer tolerante, engendra a soberania daquele que tolera (heterossexual), em relação à subordinação do corpo daquele que é tolerado (homossexual). Como, ao longo de tempos, discursou-se que o normal é estar no centro, que o padrão saudável são os comportamentos sexuais burgueses, a sensação que se tem é a de que as práticas sexuais desviantes do modelo heteronormativo precisam se aproximar o mais perto possível das práticas tidas como corretas e saudáveis. Para o projeto biopolítico isso é extremamente interessante, pois, via essa lógica, constrói-se a ideia da importância da prevenção do corpo, o que diminuiria possíveis gastos com tratamentos de doenças, bem como possibilitaria a construção de corpos viáveis, sempre prontos ao trabalho e ao consumo.

Este acontecimento parece, ainda, conchamar os pais para essa missão, já que enuncia, em letras grandes, que “essa também pode ser uma conversa de pai para filho”, mais uma vez emergindo, nestes enunciados, a memória discursiva de outros, como o de ditos populares, por exemplo, que forcem a ideia de que a “educação começa em casa”, só para citar um caso. Isto é, se pode ser uma conversa entre pai e filho significa que a valorização das diferenças sexuais precisa começar em casa, numa referência ao discurso de que se “cada um fizer a sua parte, começando em casa, as coisas mudam”.

O que interessa aqui é o entrecruzamento desses outros discursos que, ao serem retomados e ressignificados, passam agora a compor um

outro discurso. Assim, é importante assinalar aqui a relação que todo discurso mantém com o discurso-outro, o que define a noção de heterogeneidade constitutiva do discurso. Assim, as formações discursivas não são blocos homogêneos, elas incorporam elementos pré-construídos, que podem ser redefinidos, incorporados, redimensionados, retextualizados, apagados. Todo discurso nasce, portanto, do trabalho com outros discursos. Por isso, uma formação discursiva articula outras, pois “toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com outra, aquela dos discursos em relação aos quais o discurso de que lhe deriva define sua identidade.” (MAINGUENEAU, 1989, p. 120). Trata-se, assim, de marcar que o objeto do analista do discurso não é uma formação discursiva única, exclusiva, mas sim, o interdiscurso, ou seja, a interação dialógica entre formações discursivas.

Outra leitura possível refere-se ao fato de que, logo abaixo do enunciado principal, há vários outros (“A orientação sexual pode variar”; “O respeito a ela, não.”; “Não discrimine os homossexuais.”; “O preconceito só atrapalha a prevenção.”), conclamando o leitor a essa ideia de respeito/tolerância com o diferente, cada qual com uma cor (amarelo, azul, violeta), cromotografia esta que nos faz acionar um dos mais conhecidos símbolos do movimento LGBT¹⁵: o arco-íris. As cores estabelecem com a fotografia do pai e filho em preto-e-branco uma relação que, antes de ser antagonica, constrói uma espécie de diálogo, possível de se travar, entre o dito impactante e provocativo universo LGBT e o construído/discursivizado austero e conciliador mundo familiar.

O segundo acontecimento foi veiculado na mídia televisiva e, a partir dele, é possível ler/ver a configuração de uma família tipicamente burguesa: pai, mãe, filho (primogênito) e filha (caçula). Essa organização familiar deixa vaziar a tentativa de construção de uma narrativa cujos personagens componham o mais próximo possível uma família heterocentrada. Ora, o efeito que a propaganda articula é o de que é preciso deixar claro, para todos, que não é porque há no contexto familiar um membro que seja diferente, um membro que escapuliu à ordem imposta pelo pensamento heteronormativo, que essa família vai deixar de reproduzir a mesma lógica de tantas outras famílias comuns por aí.

15. LGBT é a sigla usada pelo movimento homossexual brasileiro que, a partir da consolidação das políticas identitárias nos anos 90, resolve adotar esta denominação que quer dizer lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Além disso, outro fator que merece ser avaliado diz respeito à maneira como é apresentada a relação mãe-filho/pai-filho. Há toda uma preocupação em tentar convencer o leitor de que a homossexualidade está sendo encarada da maneira mais natural e complacente possível, como se, ao falarem, os personagens reproduzissem o posicionamento do governo em relação ao tema. Em miúdos: quando a mãe diz, por exemplo, “filho, você vai encontrar um rapaz que te mereça”, o efeito que se institui é o de que na voz da mãe está presente o discurso governamental sobre a relação homem X homem, até porque há, pressupostamente nesta fala, a necessidade de cuidados neste tipo de relação, ou seja, o filho até poderá encontrar um rapaz que o mereça, desde que o outro concorde em usar camisinha, que consinta em prevenir o corpo contra eventuais doenças. Essa ideia fica ainda mais reforçada quando, ao final do texto, surge aquela voz em *off*, sentenciadora, disciplinarizante, inculcadora, dizendo que “usar camisinha é tão importante quanto respeitar as diferenças”.

Enfim, esses exemplos fazem pensar que, talvez, a celebração do diferente não está na ordem do dia porque as pessoas de fato estejam menos homofóbicas ou mais tolerantes, por exemplo. Ao contrário, talvez essa celebração envolva muito mais um jogo de captura e controle, em que o outro é celebrado como forma de ajustá-lo ao projeto contemporâneo de governamentalidade dos corpos e práticas sexuais/afetivo-amorosas.

Não quis com essas leituras que ora apresento dizer que o uso da camisinha não seja importante, tampouco quis dizer que não temos que nos prevenir contra doenças como a AIDS ou, ainda, que campanhas publicitárias como estas não surtam (mesmo que colocadas na dimensão do controle do corpo e do sexo) efeitos no combate a uma doença que, entendo, precisa, certamente, ser evitada. Quis tão somente problematizar esses enunciados, tão em voga, sobre a prevenção do corpo, tentando apontar nuances, implícitos, contra-discursos em um discurso que se pretende tão altruísta, renovador e imparcial, bem como mostrar, com a ajuda, especialmente de Foucault, a genealogia dessas retóricas que se estandardizam hoje, mas que trazem consigo os respingos de um projeto que se iniciou com a Pastoral da Carne e a confissão, passou pelo dispositivo da sexualidade e seus saberes médico-psiquiátricos, desembocou na psicanálise e seus métodos de saber do outro e se radicaliza, agora, com o discurso midiático agindo como instância promotora das estratégias de governamentalidade de nossos corpos e nossas práticas sexuais/afetivo-amorosas.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez.1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Ucitec, 1999.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v.22, n.2, p.59-79, jul/dez. 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.
- Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 117-97, maio/ago. 2009.
- REVEL, Judith. **Foucault**. Conceitos essenciais. Trad. de Maria do Rosário Gregolin et. al. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 24. ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksdein. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SIERRA, Jamil Cabral. **Homossexuais, insubmissos e alteridade em transe**: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normatização. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- VASCONCELOS, Sílvia Inês C. C. de. O *début*, o inaugural no discurso do professor de português como língua estrangeira sobre sua formação profissional. In: CORACINI, Maria José (Org.). **Identidade e discurso**. Chapecó: Argos/Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 161-185.